

## **ENTRE ANTÓNIO QUADROS, AGOSTINHO DA SILVA E JOSÉ MARINHO: A FILOSOFIA PORTUGUESA E A TRADIÇÃO JOAQUIMITA**

*Renato Epifânio*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Partindo da reflexão de António Quadros sobre a relação entre Filosofia, Língua, História e Cultura, que o leva a afirmar uma “Filosofia da Cultura de Língua Portuguesa”, procuraremos estabelecer um diálogo com Agostinho da Silva e José Marinho a respeito, em particular, da presença do pensamento de Joaquim de Flora na nossa tradição filosófico-cultural.

**Palavras-Chave:** António Quadros, Joaquim de Flora, Agostinho da Silva, José Marinho.

**ABSTRACT:** Starting from António Quadros' reflection on the relationship between Philosophy, Language, History and Culture, which leads him to affirm a “Philosophy of Portuguese Language Culture”, we will seek to establish a dialogue with Agostinho da Silva and José Marinho about this, in particular, the presence of Joaquim de Flora's thought in our philosophical-cultural tradition.

**Keywords:** António Quadros, Joaquim de Flora, Agostinho da Silva, José Marinho.

---

<sup>1</sup> Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Associação Agostinho da Silva; Investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: [www.bibliografiafilosofica.webnode.com](http://www.bibliografiafilosofica.webnode.com); Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho*; autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (2006), *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (2007), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (2008), *Via aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (2009), *A Via Lusófona: um novo horizonte para Portugal* (2010), *Convergência Lusófona* (2012/ 2014/ 2016), *A Via Lusófona II* (2015), *A Via Lusófona III* (2017), *A Via Lusófona IV* (2019), *Pensar de novo, pensar o novo: em tempos de pandemia* (2021/ Brasil) e *A Via Lusófona V* (2022). Dirige a NOVA ÁGUIA: Revista de Cultura para o Século XXI e a Coleção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Preside ao MIL: Movimento Internacional Lusófono desde a sua formalização jurídica (2010). É, desde 2021, Membro do Conselho Supremo da SHIP: Sociedade Histórica da Independência de Portugal e, desde 2022, Membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Presidente da Direcção da PASC: Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania.

## **1 – António Quadros: por uma “Filosofia da Cultura de Língua Portuguesa”, por uma Filosofia Lusófona.**

Defendeu António Quadros que “o pensamento de um filósofo, nascido de uma fusão entre ele mesmo e o meio circundante, da interpretação das suas faculdades sensitivas e espirituais e do ambiente humano e mesológico, é eminentemente individual, local e temporal” (Quadros, 1956, 34). Daí, cumulativamente, a sua expressa defesa de uma “filosofia de língua portuguesa”<sup>2</sup> (de uma “filosofia lusófona”, diríamos nós hoje) – a qual, sendo expressão da nossa forma de ser, estar, sentir e pensar o mundo, não poderia jamais constituir-se como uma forma de *enclausuramento*, mas, pelo contrário, de *abertura* – ainda nas palavras de António Quadros: “Nunca os teorizadores de uma filosofia portuguesa ou de uma filosofia de língua portuguesa pretenderam afirmar uma sua existência positiva com finalidades de enaltecimento nacionalista ou restritivo, e muito menos criar uma tradição filosófica para satisfação de pruridos autolátricos, castiços ou aristocráticos.” (Quadros, 1963, 317-318); “Sejamos solidários com o mundo, mas activamente, dinamicamente, criadoramente. Esta é a ideia que garante e legitima a teorização de uma filosofia portuguesa.” (*ibid.*, 319).

Na esteira de António Quadros, equaciona-se pois a nossa “diferença”, a nossa “relativa verdade”, em última instância, a “relativa verdade” de todas as filosofias. E isto sem se defender, necessariamente, a relativização da Verdade – ainda nas palavras de António Quadros: “A verdade é só uma? Talvez. Mas cada homem – e mais largamente cada país, está colocado em situação diferente em relação à verdade, relação da parte para o todo, entenda-se. A verdade é só uma, mas desabrocha em infinita variedade e

---

<sup>2</sup> Como já tem sido reiteradamente salientado pelos mais insignes hermeneutas da nossa tradição filosófica, como, por exemplo, Pinharanda Gomes – como escreveu, na *Nova Águia: Revista de Cultura para o século XXI*, a respeito da “Anamnese da Ideia de Pátria”: “Procurou ele [António Quadros] construir uma patriosofia da portugalidade, nela entrosando a história real e a história ideal, a imanência e a providência (...). Na esteira de Álvaro Ribeiro, e em glosa a Leonardo, portugalidade surge, neste cenário, não apenas como herança, mas como uma vida a construir, dentro de um elenco axiológico, em vista da redenção. Constitui, enfim, não um dogma fixista, mas um problema da antropologia filosófica, e de antropologia situada, à luz do preceito que manda filosofar antes de fazer política, considerando o povo, a cultura, a língua e os valores, com ou sem ideia de V Império” (Pinharanda Gomes, 2008, 28).

plasticidade. Reduzir todos os planos da paisagem a uma só, ontem o plano de Florença ou Roma, hoje o plano de Paris, amanhã o plano de qualquer outra cultura igualmente totalitária e exigente, é empobrecer as possibilidades de alargamento de compreensão universal. Pelo contrário, possibilitar o desenvolvimento de tantas estéticas quantos os países, de tantos prismas de observação e de conhecimento quantas as resultantes de um determinado circunstancialismo geográfico, étnico, psicológico, político, social e filosófico, é aumentar em número proporcional as ‘tomadas de contacto’ com a verdade.” (Quadros, 1954, 13). Ao invés, “a posse total e absoluta da verdade suporia uma só língua” (Quadros, 2001, 89).

E por isso acompanhamos ainda António Quadros quando este defende que “ainda bem que os caminhos e os caminhantes são múltiplos e diferentes”. Se o não fossem, como nos diz ainda, “teríamos todos um único horizonte, um único modo de ver e de contemplar – marcharíamos todos como carneiros, quem sabe se para o abismo?”. Eis porque, com efeito, ainda bem que os caminhos e os caminhantes são múltiplos e diferentes, e múltiplas e diferentes são as culturas e as filosofias – ainda nas palavras de António Quadros: “A multiplicação das culturas, a heterogeneidade dos pensadores, pelo contrário, aumenta proporcionalmente as tomadas de contacto com o Ser. *A existência das filosofias nacionais garante o enriquecimento e a vivacidade das possibilidades de conhecimento dos humanos.*” (Quadros, 1956, 35). Isto, como é óbvio, na premissa de que cada “filosofia nacional”, de que cada “filosofia situada”, traz, efectivamente, algo de novo, de único, isto, como é óbvio, na premissa de que cada cultura, de que cada comunidade, de que cada homem, traz, de facto, algo de singular. Mas essa é, explicitamente, a premissa de que parte António Quadros: “Pede-se à criatura – humana ou artística – que não se restrinja a repetir, que não aliene a sua singularidade e, mais do que isso, que acrescente à ordem de que herdou a vida: que traga mais verdade, mais justiça, mais beleza – que invente, numa palavra.” (Quadros, 1964, 269). É, aliás, por isso, precisamente, que, para este pensador, a própria “identidade portuguesa” está, ainda e sempre, em aberto – à espera que cada um de nós contribua para o seu “acabamento”. Como ele próprio o afirmou, supomos que na sua última entrevista, publicada no *Diário de Notícias* de 11 de Março de 1993, “a identidade

portuguesa não é, quanto a mim, qualquer coisa de estático, mas qualquer coisa a construir”.

## **2 – António Quadros e a tradição joaquimita: em diálogo com Agostinho da Silva e José Marinho.**

Num gesto que alguns poderão considerar inspirado em Joaquim de Flora, prefigurou José Marinho o advento de uma “religião do Espírito”, que caracteriza ora como uma ultrapassagem da “religião cristã”<sup>3</sup>, ora como a própria “religião cristã” na sua mais apurada expressão<sup>4</sup>. Eis, decerto, a consideração que António Quadros subscreveria, não tivesse ele defendido que a doutrina das três idades “em nenhum lugar deitou raízes tão fundas como no nosso país e na nossa cultura” (Quadros, 1999, II, 36).

Não só, como faz questão de frisar, no nosso país e na nossa cultura. Daí, desde logo, a sua referência à *Divina Comédia* de Dante que, como salienta, é mesmo “por alguns considerada como *apocalipse joaquimita*” (*ibid.*, 31). Daí ainda a sua referência a Lessing e a Comte – cuja lei positivista dos três estados “dir-se-ia uma imitação a *contrario sensu* da teologia da história do Abade de Flora”<sup>5</sup> –, daí ainda a sua referência a Fichte e a Hegel – cuja filosofia da história “pode ser considerada como uma tradução filosófica e moderna da teoria de Joaquim de Flora” –, daí ainda, enfim, a sua referência a Schelling e ao próprio Marx (Quadros, 1999, II, 34-35).

Apesar de ter influenciado, de uma forma ou de outra, todos esses filósofos, entende António Quadros que é “na obra dos filósofos que dominaram os dois últimos séculos da nossa cultura” que a influência de Joaquim de Flora mais se faz sentir,

---

<sup>3</sup> Daí, a título de exemplo, estas suas palavras: “A religião cristã é assim a religião do Pai que cria e do Filho que redime, não do Espírito Santo que nos chama para a verdade oculta.” (Marinho, 1998, II, 255).

<sup>4</sup> Daí, igualmente a título de exemplo, estas suas palavras: “a religião só é a religião de Cristo na medida e grau em que for a religião do Espírito” (*ibid.*, 300; cf., igualmente, *ibid.*, 369: “a religião de Cristo só o será na medida em que for religião do Espírito”).

<sup>5</sup> Tese que, aliás, Marinho igualmente defende – nas suas palavras: “...o positivismo é, afinal, forma minorativamente adequada à era filosófico-científica, da visão das *três ideias [sic]* do teólogo místico Joaquim de Flora. À idade do Espírito Santo corresponderia assim, numa inversão radical, a idade do pensamento inteiramente humanizado sem pressupostos espirituais.” (Marinho, 1976, 183).

exemplificando essa sua tese com a referência que faz às obras de Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, Fernando Pessoa e Jaime Cortesão – o primeiro “pela via de uma metanóia mítica e mística”, o segundo “pela via filosófica e pedagógica”, o terceiro “pela via alquímico-poética”, o quarto “pela via historiográfica” (*ibid.*, p. 36).

\*

Não contestamos aqui nenhum dos exemplos que nos dá António Quadros – ainda que não na mesma medida, concordamos com todos eles, particularmente no caso de Agostinho da Silva, que, aliás, na nossa perspectiva, foi, dos quatro, aquele que mais expressamente valorizou o legado joaquimita, tendo mesmo chegado a afirmar a seu respeito o seguinte: “O Joaquim de Flora achou uma solução para o caso, que é haver Trindade ao mesmo tempo, simultânea, jogando com a eternidade e o tempo. A eternidade e o tempo são distinções nossas, mas na realidade não há distinção nenhuma (...). Pode ser que no mundo tudo se passe estando tudo no absoluto (...), e se há uma História no tempo, a História tem que ter uma época do Pai, uma época do Filho e uma época do Espírito Santo.” (Agostinho da Silva, 1994, 37).

De resto, a sua teorização do Quinto Império tem óbvias ressonâncias joaquimitas, como, aliás, o próprio o assume – daí, a título de exemplo, estas suas palavras: “...Portugal e Camões perdem a vida por um mundo, sempre de futuro e nunca de passado, um mundo em que finalmente se conciliassem, se unissem num só corpo de doutrina Aristóteles e Platão: em que o ideal fosse, ao mesmo tempo, do mundo dos sentidos. O que talvez só possa vir naquele reino do Espírito Santo que Joaquim de Flora, sem humildade perante a Igreja e portanto hereticamente, cria vir a ser a terceira e última idade da História.” (Agostinho da Silva, 2000, I, 54). Daí ainda, enfim, a este respeito, a sua tese de que o Quinto Império “apenas haverá se não existir um 5º Imperador” (Agostinho da Silva, 1988, 128), mais do que isso, se não existir “império nenhum” (*ibid.*, 161), dado que “o Reino de Deus surgirá pela transformação interior do homem” (Agostinho da Silva, 2000, I, 91), de cada um de nós, estando nessa medida o “Paraíso” na “alma”, “não na natureza ou na sociedade” (Agostinho da Silva, 1999, II, 368).

\*

A acrescentar algum nome à lista de António Quadros, acrescentaríamos, de imediato, o de Raul Leal, não tivesse sido ele, nas palavras de Pinharanda Gomes, “irmão espiritual de Joaquim de Flora” – para além de “companheiro visionário de Bandarra, ouvinte exaltado de António Vieira e confrade de Morus e Campanella” –, tendo chegado inclusivamente a imaginar-se “a encarnação de Henoah, profeta do Espírito Santo” (Pinharanda Gomes, 2000, 263-265). Finalmente, equacionaríamos ainda o nome de José Marinho, por mais problemática que seja a sua inserção na linhagem cristã – por mais que heterodoxa<sup>6</sup> – de Joaquim de Flora. A sua filosofia da história parece-nos ter, porém, óbvios traços joaquimitas. Nas palavras do próprio José Marinho, com efeito, encontramos actualmente no “extremo da cisão entre o homem e o Universo, entre o homem e Deus” (Marinho, 2001, 380), “na mais aguda fase de disjunção na consciência humana entre o homem-humano e o divino, entre imanência e transcendência” (Marinho, 1995, 311), ou seja, em suma, “na última fase do humanismo” (Marinho, 1996, 365). Dessa “situação de extrema separatividade” devemos ter, como nos alerta, plena consciência, nas suas palavras, a “consciência plena da crise” (Marinho, 2001, 500) – daí ainda a sua referência à “hora extrema que estamos vivendo” (Marinho, 1976, 267).

Se esta é ou não a hora que anuncia a “idade do Espírito”, Marinho não nos diz. Fala-nos, no entanto, de uma “noite genesiaca”<sup>7</sup> (Marinho, 2007, 44), de um “novo ciclo” (Marinho, 1996, 328), de uma “nova era” (Marinho, 1964, 6). Fala-nos, porém, de uma “nova humanidade”: “Uma nova humanidade está surgindo.” (Marinho, 1998, III, 307).

---

<sup>6</sup> Se é que foi mesmo – como escreveu Manuel J. Gandra a este respeito: “Joaquim de Fiore (c.1130-1202) não foi o criador de um corpo doutrinário, traduzindo as reflexões sobre o sentido da história universal e interpretando-a em função do *Fim dos Tempos*, simplesmente porque essa é, sempre foi, uma preocupação universal. O cristianismo assimilara-a do judaísmo por intermédio do *Apocalipse* de S. João, mesclando-a, em casos específicos, com contributos pagãos que ora seria fastidioso discriminar.” (Gandra, 1999, 11).

<sup>7</sup> Nas suas palavras: “Todos sabem que estamos na hora extrema (...). Dizer que estamos no fim da supremacia da cultura e da civilização europeia, e que a hora de uma grande transmutação religiosa se aproxima, o que necessariamente não significa afastarmo-nos do melhor da nossa tradição religiosa e filosófica, seria já [uma] banalidade se tais coisas pudessem de sua natureza banalizarse./ Aliás, não foi necessário esperar pelos modernos profetas, os Nietzsche, os Sampaio Bruno, os Spengler, os Teixeira de Pascoais, para o saber. Pela primeira vez na história, pelo menos tanto quanto nos é dado inferir das incertas pegadas que guardar pode o dúbio húmus da vida, a humanidade mergulha na escuridão e na noite genesiaca, de que fala também Fernando Pessoa, com uma lucidez que os Atlantes ou seus análogos em geral não tiveram.”.

Fala-nos, todavia, de uma nova religião, da “religião do Espírito”, que qualifica como a “verdadeira religião” (*ibid.*, p. 82), como a “religião da liberdade”: A religião da liberdade é a religião do Espírito.” (Marinho, 1998, II, 254). Fala-nos, contudo, de uma nova filosofia, de um saber outro – mais propriamente, do saber do Outro, do Enigma do Ser e não do Drama da Existência<sup>8</sup> –, que designa como o “saber do Oriente”, o “pretérito saber do Oriente” (Marinho, 1998, III, 364), do “sábio e profundo Oriente” (Marinho, 2001, 607). Fala-nos, ainda, da “tradição remota”, da qual, alegadamente, “estão mais perto os indus e os orientais” (Marinho, 1994, 366). Diz-nos, porém, que essa tradição “mais remota” é a “sempre actual tradição” (Marinho, 1976, 296). Diz-nos, no entanto, que esse “sábio e profundo Oriente”, esse “Oriente real e simbólico de onde nos vem o sol, mal o sol que não ignora a luz e a treva” (Marinho, 1972, 77), não é um espaço mas um tempo, um “fluxo de tempo”<sup>9</sup> (Marinho, 1964, 6). No “regresso ao Oriente”<sup>10</sup>, virá a ser alguma vez esse “fluxo de tempo” o nosso Futuro? Fica a questão<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Por isso, aliás, caracteriza Marinho essa “nova era” como a “era enigmática” – nas suas palavras: “Entramos numa nova era, a era enigmática. Reatamos assim o liame subtil com a remotíssima Esfinge sem idade, já petrificada no Egito que até nós chegou, não só com a esfinge que os gregos com a ingenuidade de povo adolescente tentaram fazer reviver, restringindo o enigma ao enigma do homem.” (Marinho, 1964, 6).

<sup>9</sup> Nas suas palavras: “Nós empregamos Oriente no sentido real e simbólico: como fluxo de tempo que não chegou a ser, como semente que não germinou, como aurora de um dia ainda impossível. Oriente é, para nós, a autêntica pré-história, a sub-história, o Paraíso Perdido.”

<sup>10</sup> A este respeito, atentemos ainda nas seguintes palavras de Marinho: “...talvez nós comecemos todos a estar fatigados e saciados de sermos demasiado modernos, e talvez seja uma ilusão o pensar à moderna e seguir os habituais caminhos mais recentes. Talvez a nossa cultura e civilização, movida de um sentido de alteridade, de novidade e de progresso tenha chegado de encontro a um muro e careça agora de asas para voar para o outro lado./ O análogo, já se viu no Renascimento, quanto então o homem para prosseguir teve, aparentemente, de ir atrás buscar o que estava obliterado e esquecido.” (Marinho, 2001, 552). À luz destas, torna-se pois óbvio o que se pretende significar com este “regresso ao Oriente” – não um regresso ao passado, mas um “irmos atrás buscar o que estava obliterado e esquecido” para, precisamente, “podermos prosseguir” – e o que o próprio Marinho quis significar ao ter falado da “via aberta do pensamento português e da filosofia portuguesa” (Marinho, 2003, 353). De resto, como escreveu ainda Marinho: “Sim, é evidente, demasiado evidente, suspeitosamente evidente: os ibéricos regressaram à Idade Média, e até mais atrás. Regressaram a qualquer coisa de oriental.” (Marinho, 2007, 629).

<sup>11</sup> À qual, aliás, já procurámos responder em dois artigos (Epifânio, 2003, 133-149; 2004, 231-238), ambos republicados na nossa obra *Via Aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente*.

## REFERÊNCIAS

### **Agostinho da Silva, G.**

- *Dispersos*, Lisboa, ICALP, 1988.
- *Ir à Índia sem Abandonar Portugal/ Considerações/ outros textos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994.
- *Textos e Ensaios Filosóficos*, Lisboa, Âncora/ Círculo de Leitores, 2 vols., 1999.
- *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Âncora/ Círculo de Leitores, 2 vols., 2000.

### **Epifânio, Renato**

- “Os Caminhos do Oriente no Pensamento Português Contemporâneo: entre José Marinho, Antero de Quental, Sampaio Bruno e Fernando Pessoa”, in AA.VV., *A Mente, a Religião e a Ciência*, coordenação de Carlos João Correia, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2003.
- “Entre o Oriente e o Ocidente: o inviável regresso e a via a cumprir”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Lisboa, nº 3, Setembro de 2004.
- *Via Aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente*, Sintra, Zéfiro, 2009.

### **Gandra, Manuel**

- *Joaquim de Fiore, Joaquimismo e Esperança Sebástica*, Lisboa, Fund. Lusíada, 1999.

### **Marinho, José**

- “Da Situação Enigmática”, in *Espiral*, nº 2, Verão de 1964.
- *Filosofia: ensino ou iniciação?*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica, 1972.
- *Verdade, Condição e Destino no pensamento português contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1976.
- *Aforismos sobre o que mais importa*, “Obras de José Marinho”, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- *Ensaios de aprofundamento e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- *Significado e Valor da Metafísica e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.
- Apêndice documental de *A Doutrina do Nada: o pensamento meontológico de José Marinho*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia de Jorge Croce Rivera, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998.
- *O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- *Nova Interpretação do Sebastianismo e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- *Filosofia portuguesa e universalidade da filosofia e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

### **Pinharanda Gomes, J.**

- “Raul Leal: a vertigem da utopia absoluta”, in AA.VV., *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho/ CFUL, vol. V, tomo 1, 2000.
- “Anamnese da Ideia de Pátria”, in *Nova Águia: Revista de Cultura para o século XXI*, Sintra, Zéfiro, nº 1, 2008.

### **Quadros, António**

- *Introdução a uma estética existencial*, Lisboa, Portugália Ed., 1954.

- *A Angústia do nosso tempo e a Crise da Universidade*, Lisboa, Cidade Nova, 1956.
- *O Movimento do Homem*, Lisboa, Soc. de Expansão Cultural, 1963.
- *Crítica e Verdade: introdução à actual literatura portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1964.
- *Portugal – Razão e Mistério*, Lisboa, Guimarães Ed., 2 vols., 1999 (2ª).
- “Da Língua Portuguesa à Filosofia Portuguesa”, in AA.VV., *Seminário de Literatura e Filosofia Portuguesas* (actas), Lisboa, Fund. Lusíada, 2001.